

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA INVESTIGAÇÃO DOS CURSOS E DOS PERFIS DISCENTES

*José Henrique Mendes Crizostomo**

Cite este artigo: CRIZOSTOMO, José Henrique Mendes. “As Ciências Sociais no Estado do Rio de Janeiro: uma investigação dos cursos e dos perfis discentes”. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.05-22, dezembro. 2010. Semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 31 de dezembro de. 2010.

Resumo: No ano de 2008 foi sancionada a lei que torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio em todo território nacional. A aprovação da Lei teve grande repercussão entre os profissionais e estudantes de Sociologia/Ciências Sociais, mas diante de tal fato cabem ainda as perguntas: quem são hoje os estudantes de Ciências Sociais? De que curso falamos quando nos referimos às Ciências Sociais? Tentando buscar respostas a tais perguntas e visando fazer uma atualização de dados, ainda que modesta, é que foi iniciada uma pesquisa em caráter de iniciação científica ao longo daquele ano. Este artigo condensa e discute os dados obtidos.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Sociologia; Perfil; Legislação; Rio de Janeiro.

1. Introdução

Trinta e sete anos depois de excluídas dos currículos escolares pelo regime militar, as disciplinas de Filosofia e Sociologia retornam ao ensino médio em âmbito nacional com a alteração do artigo 36 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, alteração sancionada em 02 de junho de 2008 pelo presidente em exercício José Alencar. Esta lei torna novamente obrigatório o ensino destas disciplinas, o que favorece seu cumprimento também no Estado do Rio de Janeiro onde a obrigatoriedade existe desde 1989, ainda que apenas no último ano. A repercussão da aprovação da lei federal foi grande, várias entidades de ensino superior que ofertam o curso de Ciências Sociais ou Sociologia já se preparam para se adequar à nova demanda do mercado. Diante do regozijo geral pela aprovação da Lei, que acarretará numa expansão de vagas no mercado de trabalho, cabe aqui buscar compreender e analisar qual a situação atual da graduação em Ciências Sociais do Estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, procuro neste trabalho apontar o perfil dos cursos de Ciências Sociais no Estado do Rio de Janeiro. Para tal tarefa, elegi quatro instituições de ensino superior de caráter distinto: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além da busca por traçar o perfil dos cursos de Ciências Sociais, estou interessado também em identificar o perfil do estudante hoje e sua identificação -

ou não – com o curso, enfatizando as perspectivas de continuação de uma carreira universitária ou de imediata inserção no mercado de trabalho.

Diante do exposto, inicio o artigo traçando um breve histórico das Ciências Sociais no Brasil, discutindo sua fase de implementação, ainda rudimentar, desde 1891, onde foi implantada a Sociologia e Filosofia na reforma educacional proposta por Benjamim Constant, seguindo interesses dos novos ocupantes do poder. Em seguida, trato da segunda fase de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, ocorrido nas décadas de 30, 40 e 50, com a inserção e sedimentação das Ciências Sociais como ciência acadêmica. Discuto alguns aspectos gerais da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil voltando-me para debates mais atuais acerca do tema que envolve desde a legislação concernente à disciplina e à profissão de sociólogo, aos problemas enfrentados pela disciplina ao longo dos últimos anos no que tange à sua reinserção na grade curricular do ensino básico.

No item três, apresento e discuto os dados coletados em campo. Demonstrando como se dá a caracterização do curso de Ciências Sociais em distintas instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro. Neste item exponho também a metodologia adotada na pesquisa e as entrevistas realizadas com coordenadores de disciplinas das instituições em questão. Por fim, no item quatro, com base nos dados apresentados, exponho as conclusões da pesquisa, discutindo as diversas características do curso de Ciências Sociais e dos alunos das instituições pesquisadas no Estado do Rio de Janeiro.

2. Breve histórico das Ciências Sociais

As Ciências Sociais no Brasil têm como sua fase inicial de implementação o ano de 1891, com a reforma educacional proposta por Benjamim Constant visando reformular o currículo educacional e adicionar disciplinas a este, tais como Sociologia [1] e Filosofia [2]. O ideal republicano, marcante entre os que assumiram o poder, precisava ser disseminado no país mediante o fortalecimento do sentimento de identidade nacional, e a Sociologia era uma considerada fundamental.

Uma segunda fase, onde a configuração das Ciências Sociais é um pouco modificada, trata-se de um desenvolvimento mais robusto e voltado para a “profissionalização” e a “institucionalização”. Esta segunda fase ocorre nos anos de 1930, 1940 e 1950, com a criação das primeiras universidades brasileiras a congregar os institutos de ensino e pesquisa até então isolados. Mas o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil não foi homogêneo, pelo contrário, surgiu de forma heterogênea em decorrência de interesses públicos e privados que cercavam as Ciências Sociais e suas instituições. De um lado, posicionava-se o interesse político, comprometido com ideologias como o nacional-desenvolvimentismo e, de outro, o mais estritamente acadêmico preocupado com o diálogo em simetria com a sociologia desenvolvida, sobretudo, na Europa. Cabia às ciências sociais consolidar os dois lados [3].

Segundo Lucia Lippi Oliveira (1991), “institucionalização” é uma palavra de uso recente. Nos anos 30, 40 e 50 falava-se, e dava-se maior ênfase, à profissionalização, isto é, formar profissionais das Ciências Sociais, portanto, o ensino era considerado primordial. Ao lado da

necessidade de um novo tipo de profissional, havia a necessidade de se adquirir um conhecimento especializado referente à sociedade brasileira. A organização universitária, a criação de centros específicos para a transmissão deste saber, que pudesse subsidiar e incentivar a criação intelectual, era o caminho a se seguir.

À iniciativa institucional, como no caso paulista, não era descolada das demandas políticas. Recursos governamentais em algumas situações, verbas investidas por grupos empresariais influentes no mercado de ensino e da produção cultural em outras circunstâncias garantiram para as Ciências Sociais seu lugar no cenário social, cultural, econômico e político do Brasil. Este padrão de desenvolvimento fez com que o desenvolvimento das Ciências Sociais estivesse ligado às demandas do sistema político ou dos grupos empresariais, expressando, porém, uma dissociação entre os cientistas sociais e os interesses maiores dos setores populares.

A partir deste cenário, as Ciências Sociais tomam rumos diferentes frente aos estados brasileiros. Em São Paulo, segue para um meio que tem como objetivos licenciar cientistas sociais aptos para trabalhar no ensino secundário e/ou formar bacharéis que busquem a cátedra e a fomentação de trabalhos científicos. A Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP/1933) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP/1934), são exemplos que demonstram o cenário institucional das Ciências Sociais em São Paulo naquele momento.

A Escola Livre de Sociologia e Política determinou os rumos da Sociologia paulista. O modelo da ELSP propunha a formação do sociólogo profissional, dedicado às pesquisas empíricas, já a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha como modelo o da docência alimentada por preocupações de cunho teórico e especulativo (Cf. Limongi, 2001). A ELSP se distinguia da FFCL da USP porque a primeira tinha seu ensino com a finalidade técnica, isto é, enquanto o ensino ministrado na FFCL é mais “teórico e geral”, a ELSP se caracteriza por um ensino com finalidades práticas. Esta finalidade prática se expressa na ênfase posta pela ELSP nas pesquisas de campo.

Outro momento ilustrativo da importância do cenário político no desenvolvimento das Ciências Sociais é a criação da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), mostrando o papel da iniciativa pública estadual frente à pesquisa científica.

Na cidade do Rio de Janeiro, assim como na cidade de São Paulo e nos estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, todos os empreendimentos voltados para o desenvolvimento das Ciências Sociais vinham atender os reclames dos

[...] principais grupos de interesse em operação na indústria editorial, nos sistemas de ensino secundário e superior, na grande imprensa (diários, revistas ilustradas e de cultura), nos executivos reformistas dos governos e partidos políticos, nas organizações religiosas (Miceli, 2001, p 92).

Segundo Micelli (*Ibid.*), há uma diferença entre os casos carioca e paulista, no que tange à institucionalização das Ciências Sociais. Na capital federal, não se chegou a se constituir uma equipe de investigação ou uma turma de docentes ou mesmo uma corrente de pensamento

lastreada pela universidade, dada uma maior vulnerabilidade da universidade na antiga capital federal em função das discontinuidades políticas. Em São Paulo, a hierarquia acadêmica que vai se constituindo nas primeiras décadas de funcionamento (1939-1948) foi sendo modelada por docentes estrangeiros (principalmente franceses) todos eles empenhados em instaurar um elenco de procedimentos e exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção.

A percepção de que, no Rio de Janeiro, o desenvolvimento das Ciências Sociais teve como pano de fundo o interesse político-ideológico, por isso, o cenário do poder político se desenhou na luta entre liberais, esquerdistas, católicos, integralistas, os quais disputavam um “lugar ao sol” e, conseqüentemente, interviam no andamento das Ciências Sociais, hoje, suscita polêmica (Miglievich Ribeiro, 2000).

É fato a ostensiva liderança católica que se antagonizou à liberal Universidade do Distrito Federal [4], criada em 1935, por Anísio Teixeira, tendo sido fechada, com apoio do Ministério da Educação de Capanema e de Getúlio Vargas, quatro anos depois. A UDF havia sido a instituição primeira a abarcar o Curso de Ciências Sociais no Estado do Rio, cujo ineditismo era a inexistência da cátedra, no entanto, sem gozar de uma rede social de apoio, ficou sujeita ao processo de radicalização política dos anos 30 e à grande interferência do governo do Estado Novo. Este processo culminou com seu fechamento arbitrário em 1939. Os alunos da extinta UDF foram transferidos para a recém criada Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) da Universidade do Brasil, no mesmo ano.

No Rio de Janeiro, nos dois empreendimentos citados (UDF e FNFI) verifica-se uma corrida política em torno das posições disponíveis, logo convertidas em alvos do clientelismo e rapidamente preenchidas pelos docentes estrangeiros sem suspeitas doutrinárias. Este é um fator importante para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Rio de Janeiro: a contratação de licenciados estrangeiros, formados em outras áreas de conhecimento tais como a economia e o direito, e que ao longo de sua formação acadêmica tiveram sociologia. Logo, eram considerados aptos a darem aula nos cursos de Ciências Sociais. Neste momento, é visível, novamente, a força que a posição política governamental assumia perante o vigor institucional e intelectual das Ciências Sociais.

Como a história tem, também, seus imponderáveis, é preciso notar que, fugindo ao controle da Igreja Católica, alguns nomes de docentes conseguiram uma reabsorção na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), tal como Arthur Ramos, sendo, pois, precipitado dizer que a FNFI não teria, em absoluto, quadros egressos da UDF e, portanto, de seus ideais (Miglievich Ribeiro, 2000). Ainda assim, é mais usual se lembrar, na capital federal, do vigor intelectual e institucional das Ciências Sociais ancorado em iniciativas assumidas ou encampadas por setores políticos e governamentais influentes. Um exemplo seria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O ISEB era um departamento ligado ao Governo de Juscelino com uma considerável parte dos estudos girando em torno do desenvolvimento nacional, portanto, a orientação da burguesia na condução do processo de transformação econômica, social e cultural brasileiro.

Segundo Lucia Lippi Oliveira (1991) podemos demarcar resumidamente quatro períodos da institucionalização das Ciências Sociais:

1. Antes das Escolas de Sociologia: época chamada de pré-história, marcada pelos autodidatas, os ensaístas, fase onde não há especialização e rigor científico, por isso a produção desta época é considerada como “filosofia social” e não Ciência Social.
2. Anos 30/40: fase de fundação, período em que se desenvolve o esforço para demarcar fronteiras com disciplinas afins: literatura, geografia, história. Nessa fase há também a construção de uma carreira de professor de sociologia, divulgação dos padrões considerados científicos, disseminação da necessidade de trabalho de campo. (nascimento).
3. Anos 50/60: Período durante o qual ocorre a especialização e a profissionalização enquanto carreira docente na universidade, recebendo apoio somente da CAPES e FAPESP. (fase da chamada minoridade).
4. Anos 70/80: Período da organização da pós-graduação e da pesquisa dentro da universidade com financiamento externo (CNPq, Ford, FINEP) e formação de centros autônomos. (maioridade).

2.1 Aspectos gerais da institucionalização das Ciências Sociais

Segundo dados do Portal SiedSup do INEP/Ministério da Educação, hoje existem no Estado do Rio de Janeiro as seguintes instituições que abrigam os cursos de Ciências Sociais com as respectivas datas de implantação do mesmo: Universidade Castelo Branco (UCB), 2007; Universidade Cândido Mendes (UCAM), 2002; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), 1995; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1939; Universidade Federal Fluminense (UFF), 1964; Escola Superior de Ciências Sociais (FGV), 2006; Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/FEUC), 1966; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1941; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 1941.

As Ciências Sociais consolidaram sua institucionalização na sociedade brasileira, isto é, alcançaram sua autonomia frente às exigências externas no campo da ciência, estruturaram uma comunidade acadêmica, que é reconhecida, e existe a carreira profissional. Apesar destes fatos, muitas vezes há um conflito com as demandas e exigências externas: utilidade social, reconhecimento e valorização do conhecimento e do seu profissional.

Visando superar estes empecilhos, muitos dos egressos dos cursos de Ciências Sociais buscaram a caracterização do curso como “profissional”, ou seja, capaz de poder se dedicar a atividades profissionais diversas, não apenas ligadas à universidade, mas também voltadas para o âmbito da sociedade. Numa outra forma de atender às expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, os profissionais da área se identificam como técnicos, isto porque, segundo Oliveira (1991), na América Latina e também no Brasil, o intelectual sempre foi visto como portador de uma missão, ou seja, oferecer respostas à crise da sociedade. Oliveira (1991) salienta que há

outro lado, isto é, a profissão pode ser identificada como a de cientista, garantindo assim maior legitimidade, visto que nossa sociedade tem as ciências em alta conta. No entanto, diz-nos Oliveira:

Como a cientificidade da Sociologia ou das Ciências Sociais é no mínimo problemática, nossa atividade intelectual passa a se pautar com base nos quadros de referência selecionados, aprendidos e transmitidos por instituições de pesquisa (Oliveira, 1991, p. 55).

Daí a ênfase dada em pesquisas, seja em âmbito da graduação ou na atuação profissional. A característica de nossa Ciência Social é o trabalho de pesquisa, desenvolvido principalmente nos grandes centros universitários públicos e nos grandes institutos de pesquisas, quer voltado para a pós-graduação, quer voltado para entidades governamentais e/ou privadas.

A profissão de sociólogo foi regulamentada pela Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Em seu art. 2º atribuí ao Sociólogo as seguintes atividades:

1. Elaborar, supervisionar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos programas e projetos atinentes à realidade social;
2. Ensinar sociologia geral ou especial nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;
3. Assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;
4. Participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Apesar da regulamentação da profissão pelo governo federal, os problemas concernentes a ela não foram totalmente solucionados. A institucionalização das Ciências Sociais foi perdendo seu enfoque pedagógico frente à valorização da pesquisa como atividade nobre da formação do profissional (Bomeny & Birman; 1991). Houve um verdadeiro divórcio entre o ensino e pesquisa, refletindo inclusive na organização institucional. Segundo Ileizi Silva *Apud Moraes (2003)* as relações entre as Ciências Sociais e o campo escolar (educação básica) tiveram dois momentos: no período de 1930 a 1960 os cientistas sociais davam grande importância à institucionalização desta ciência nas escolas, como fator de consolidação dessas ciências no país; para os cientistas sociais posteriores às décadas de 1930 a 1960, a expansão e a consolidação dessas ciências, no Brasil, não possui vínculo com a institucionalização no campo escolar. Moraes (2003) ainda nos lembra da existência entre os cientistas sociais da divisão entre intelectuais acadêmicos e cientistas sociais professores do ensino médio, além do divórcio

e desequilíbrio existentes entre a formação de bacharel e a do licenciado no modelo efetivado com a criação da Faculdade de Ciências e Letras desde a década de 1930.

A modificação do ensino da Sociologia durante a ditadura Vargas e a posterior retirada da disciplina durante a ditadura militar em 1971 fizeram com que o distanciamento entre a prática de ensino e pesquisa ficasse ainda maior. A sociologia passou a ser utilizada somente como instrumental técnico, para formar cidadãos compromissados com deveres patrióticos e observantes às leis:

O papel da ciência na formação dos jovens brasileiros neste período deveria ser somente o de possibilitar o domínio de técnicas para a melhoria do processo de trabalho, e não o domínio de técnicas de pesquisa para a investigação da realidade social brasileira (Bragança, 2001, [s/p]).

Com a abertura democrática e a pressão pela volta da disciplina de Sociologia no ensino médio, em 1989 é incluída na Constituição do Estado do Rio de Janeiro – artigo 317 § 4º - a obrigatoriedade do ensino da disciplina nos currículos do 2º grau da rede pública e privada do Estado. Mas apesar disso a disciplina ainda enfrenta graves problemas em sua reinserção na grade curricular do ensino médio, tais como: a insuficiência de materiais pedagógicos disponíveis aos docentes, a falta de profissionais habilitados na área, carga horária reduzida, falta de reconhecimento da importância da disciplina, dentre outros.

Em que pesem todas essas dificuldades os cursos de Ciências Sociais vem formando inúmeros profissionais. Com a demanda aquecida por profissionais para ministrar aulas de sociologia para o ensino médio, a tendência é que o número de pessoas que procuram o curso aumente sensivelmente, já que a carência enfrentada no mercado hoje é gritante.

Os dados concernentes ao curso de Ciências Sociais já estão relativamente defasados, as últimas pesquisas realizadas sobre o tema foram de Simon Schwartzman, em 1991; Luiz Werneck Vianna, em 1993 (em parceria com Maria Alice de Carvalho, Manuel Palácios da Cunha e Melo); e por Márcio de Oliveira, em 1996. Evidentemente não pretendo nesta pesquisa realizar um trabalho do porte dos citados anteriormente, mas busco, dentro de nossas limitações, objetivos e capacidade operacional, tentar fazer uma aproximação com o que temos hoje nas nossas universidades do estado do Rio de Janeiro.

3. Em busca do perfil das Ciências Sociais no Estado do Rio de Janeiro

Como dito anteriormente, trinta e sete anos se passaram até o retorno da Sociologia e Filosofia aos currículos escolares. Este retorno foi possível graças a alteração do artigo 36 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Conterato, 2006), alteração sancionada em 02 de junho de 2008 pelo presidente em exercício José Alencar. Esta lei torna novamente obrigatório o ensino destas disciplinas, o que favorece seu cumprimento também no Estado do Rio de Janeiro onde a obrigatoriedade existe desde 1989, ainda que apenas no último ano de formação.

A repercussão da aprovação da lei federal foi grande, destarte várias entidades de ensino superior que ofertam o curso de Ciências Sociais ou Sociologia já se preparam para se adequar à

nova demanda do mercado. Diante da exultação geral pela aprovação da Lei, cabe aqui buscar compreender e analisar qual a situação atual da graduação em Ciências Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Através de uma pesquisa descritiva, busco apontar o perfil dos cursos de Ciências Sociais. Para isso elegi quatro instituições de caráter distinto:

1. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF): universidade pública estadual, única no interior do Rio de Janeiro, cujo curso foi implantando em 1995.
2. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): universidade pública federal, primeira universidade hoje em funcionamento – antiga universidade do Brasil – a implantar o curso de Ciências Sociais (1939).
3. Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC): primeira instituição privada a possuir o curso de licenciatura em Ciências Sociais (1966), situa-se na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.
4. Fundação Getúlio Vargas (FGV) [5]: instituição que abriga o mais recente curso de bacharelado em Ciências Sociais (2006), situada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Para estas instituições busquei dados junto aos coordenadores do curso de Ciências Sociais para saber como se configura a grade curricular do curso em cada uma delas. A grade curricular da UENF se caracteriza pela ênfase dada ao chamado “núcleo duro” do curso de Ciências Sociais, ou seja, Sociologia, Antropologia e a Ciência Política. Ao longo dos quatro anos ou oito semestres de formação regulamentar, são dedicados quatro módulos de estudos dessas disciplinas. Há uma atenção também à metodologia de pesquisa científica, havendo três módulos de estudo. A grade curricular conta ainda com outras disciplinas da área de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, tais como estatística, economia, história, geografia, psicologia e filosofia, além de disciplinas eletivas, optativas e instrumentais.

Figura 1: Grade curricular do curso de Ciências Sociais da UENF

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
Sociologia I	Filosofia	Sociologia II	Sociologia III	Psicologia	Sociologia IV	Optativa	Eletiva
Economia I	Estatística I	Estatística II	Economia II	Economia III	Instrumental	Optativa	Optativa
História I	História II	Geografia II	História III	Optativa	Política IV	Optativa	Instrumental
Política I	Metodologia I	Política II	Política III	Metodologia II	Metodologia III	Instrumental	Monografia
Antropologia I	Geografia I	Antropologia II	Antropologia III	Optativa	Antropologia IV	Optativa	-----

Fonte: Secretaria Acadêmica UENF

Em relação às demais instituições pesquisadas, como demonstrarei adiante, na UENF há uma constância nos horários das disciplinas, isto porque, aliada à sala de aula, há também atividades extraclasse. Os alunos participam ativamente em projetos de pesquisas dos professores, que na totalidade são doutores [6]. Os alunos também têm a opção de fazer pesquisas no âmbito das atividades voltadas para a extensão universitária.

A grade curricular da UFRJ sofreu uma reformulação sendo flexibilizada, segundo André Botelho – coordenador do curso de graduação em ciências sociais -, visando aliar uma maior pluralização das trajetórias curriculares dos estudantes com a reprodução da identidade cognitiva e profissional das Ciências Sociais. Desta forma a matriz curricular possui dois ciclos: um ciclo básico, com dois semestres de duração, voltado para dar uma base geral e introdutória às disciplinas das áreas humanas e sociais; e um ciclo profissionalizante, com seis semestres de duração, composto por disciplinas nas áreas de ciências sociais e várias outras disciplinas complementares de escolha condicionada em quatro áreas: Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Metodologia e Pesquisa Social.

Figura 2: Grade curricular do curso de Ciências Sociais da UFRJ

Ciclo básico		Ciclo profissional					
1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
Sociologia Geral	Sociologia I	Sociologia II	Sociologia III	Complementar	Complementar	Complementar	Complementar
Antropologia Cultural	Antropologia I	Antropologia II	Antropologia III	Complementar	Complementar	Complementar	Complementar
Int. à Ciência Política	Ciênc. Política I	Ciência Política II	Ciência Política III	Metodologia Quantitativa	Complementar	Complementar	Complementar
Metod. Ciências Sociais	Economia	Econ. Política I	Econ. Política II	OSPB	Complementar	Complementar	Complementar
Filosofia I	Filosofia II	Hist. Esp. G.	Hist. Esp. Br. I	Hist. Esp. Br. II	Complementar	-----	-----
Psicologia	-----	-----	Geo. Hist. e Econ.	-----	-----	-----	-----

Fonte: Secretaria Acadêmica UFRJ

Na FGV o curso possui tempo regulamentar de oito semestres. São abordadas disciplinas diversas no campo das ciências humanas, além das disciplinas do “núcleo duro” do curso de Ciências Sociais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política. O curso possui três ênfases: cultura e bens culturais, sociedade e política e relações internacionais e mundo contemporâneo. Segundo a coordenadora Helena Bomeny, a diferença do curso da FGV em relação aos demais é a flexibilização da oferta de oportunidades, tanto de disciplinas quanto de experiências em pesquisa, assim como a prática de estágios.

Figura 3: Grade curricular do curso de Ciências Sociais da FGV

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
Introdução às Ciências Sociais	Antropologia 1	Antropologia 2	Antropologia 3	Métodos e técnicas de pesquisa 1	Métodos e técnicas de pesquisa 3	Tópicos Especiais em Bens Culturais, Pol. e Sociedade/ ou Relações Internacionais no mundo contemp.	Tópicos Especiais em Bens Culturais, Pol. e Sociedade/ ou Relações Internacionais no mundo contemp.
Introdução ao Estudo s História	Ciência Política 1	Ciência Política 2	Ciência Política 3	Métodos e técnicas de pesquisa 2	Métodos e técnicas de pesquisa 4	Eletiva	Eletiva
Cidadania e Instituições Brasileiras	Sociologia 1	Sociologia 2	Sociologia 3	História do Brasil Republicano 2	Tópicos Especiais em Bens Culturais, Pol. e Sociedade/ ou Relações Internacionais no mundo contemp.	Eletiva	Eletiva
Sensação de Cultura e Sociedade	História da Antiguidade clássica	Artes da Portuguesa	Interpretações do Brasil	Tópicos Especiais em Bens Culturais, Pol. e Sociedade/ ou Relações Internacionais no mundo contemp.	Eletiva	Eletiva	Eletiva
Filosofia 1	História medieval	História do Brasil Monárquico	História do Brasil Republicano 1	Eletiva	Eletiva		
Oficina de Comunicação e Expressão	Filosofia 2	História Moderna	História Contemporânea	Eletiva	-----		
Laboratório de Informática 1	Laboratório de Informática	-----	-----	-----	-----		

Fonte: Secretaria Acadêmica FGV

O curso de Ciências Sociais da FEUC possui uma grade curricular singular. Ao contrário das matrizes curriculares das demais instituições, a grade curricular nessa instituição tem sua ênfase voltada para o ensino, já que o curso é de licenciatura em Ciências Sociais, em virtude disso os alunos fazem o estágio em escolas como atividade integrante da grade curricular. Outro diferencial do curso na FEUC é que o mesmo está estruturado dentro do tempo regulamentar de sete semestres, ou três anos e seis meses, diferentemente das instituições pesquisadas cuja duração regulamentar é de oito semestres.

Figura 4: Grade curricular do curso de Ciências Sociais da FEUC

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre
Economia	Fund. His. Fil. Educ.	Psic. Educação	Didática Geral	Estág. Orientado I	Est. Orientado II	Sociologia do Trabalho
Int. Sociologia	Exp. Oral e escrita	Geo. Hum. e Econ.	Inf. Educativa	Aspec. Antrop. Da Educação	Educação Brasileira	Est. da Ling. Brás. De Sinais
Ofic. Prod. Textos	Hist. Econ. P. S. Geral	Hist. E. P. S do Brasil	Econ. Política	Psicologia Social	Elab. De projeto	Soc. do conhecimento
Cult. Sociedade	Int. Filosofia	Soc. Urbana	Ciência Política	Teoria Social	Antropologia brasileira	monografia
Mercado de trabalho	Met. e Tec. De Estudo	Soc. Da Educ.	Antropologia	Pens. Político Brasileiro	Soc. e movimentos sociais	Educação e trabalho
-----	-----	Sociologia	Est. E políticas públicas	Ética e cidadania	Análise e interp. de dados	Hist. E Cult. Afro Bras.
-----	-----	-----	-----	Didática do ens. De ciência soc.	Pens. Social brasileiro	Tóp. Esp. Teoria Social

Fonte: Secretaria Acadêmica FEUC

Conforme podemos observar, cada uma das quatro instituições têm matrizes curriculares com ênfases distintas. No que tange à flexibilização, UFRJ e FGV se assemelham, dando aos alunos oportunidade de escolherem ao longo do curso disciplinas complementares de seu interesse, no entanto a FGV volta seu curso para três ênfases: cultura e bens culturais, sociedade e política e relações internacionais e mundo contemporâneo. Na UENF a grade

curricular dá ênfase às três disciplinas principais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política -, a grade começa a se flexibilizar principalmente a partir dos últimos dois semestres do curso, dando abertura para disciplinas optativas, eletivas e instrumentais de livre escolha dos alunos. O curso da FEUC é o que possui uma grade curricular que mais se diferencia em relação às demais instituições pesquisadas, sua ênfase está voltada para o ensino e não para pesquisa, configurando uma grade curricular muito distinta das matrizes curriculares das demais instituições pesquisadas.

Feita essa discussão a respeito da configuração da grade curricular de cada curso das instituições pesquisadas, passo agora para a apresentação dos dados colhidos junto ao corpo discente. Para estas instituições fiz uma amostragem com alunos do curso de Ciências Sociais e apliquei um questionário semiestruturado que foi aplicado a 66 alunos destas instituições. De acordo com a seguinte divisão apresentada na tabela 1.

TABELA 1: QUESTIONÁRIOS APLICADOS	
INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
UENF	16 (24,24%)
FGV	9 (13,65%)
FEUC	29 (43,93%)
UFRJ	12 (18,18%)
TOTAL	66 (100%)

Fonte: Pesquisa PIBIC sobre o perfil dos estudantes e dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro, 2008.

Podemos perceber o número bem maior de entrevistados da FEUC e um número reduzido da FGV e UFRJ, a isto se deve alguns fatores: o primeiro deles é que a FGV possui um curso recente e por isso o número de alunos é reduzido, além do que o fator econômico que também é um ponto de restrição à entrada de alunos. A FEUC é uma instituição mais populosa apesar de também ser privada, a mensalidade do curso de licenciatura em Ciências Sociais é a menor de todos os outros cursos da instituição, além de poder contar com o financiamento de bancos através de programas governamentais – tais como o programa de Financiamento Estudantil (FIES) – e pelo PROUNI. As entrevistas realizadas na FGV, FEUC e UFRJ foram realizadas em um único dia, por isso alguns alunos se ausentaram em algumas aulas, não podendo ser feita uma aplicação mais abrangente devido à limitação de recursos e apoio disponíveis.

Buscamos inicialmente traçar o perfil etário dos estudantes nas instituições. A variação etária da população pesquisada está compreendida entre 18 e 55 anos e foi distribuída em quatro faixas para fins de análise. Na data da entrevista, 61% dos entrevistados estavam situados

na faixa etária entre os 18 e 28 anos, 15% entre os 29 e 38 anos, 12% entre os 39 e 50 anos e 12% entre os que possuíam mais de 50 anos.

Fazendo o desmembramento dos dados podemos observar, conforme demonstra a tabela 2, que UFRJ, FGV e UENF têm, proporcionalmente, um público estudantil pertencente majoritariamente à faixa etária entre os 18 e 28 anos, na FGV a percentagem chega aos 92%. A FEUC possui uma maior dispersão no quesito faixa etária. A maior parte dos entrevistados declara ter idade entre 39 e 50 anos (28%), em seguida observamos que 24% deles estão na faixa de 29 a 38 anos e outros 24% de mais de 50 anos. Somente 18% declaram ter idade entre 18 e 28 anos. Isso demonstra que a FEUC é uma universidade com público mais velho, com base em etnografia e observação realizada durante a entrevista pude notar – e depois foi confirmado pela coordenadora do curso de Ciências Sociais da FEUC, Prof^a Célia Neves - que nesta universidade a maior parte dos alunos são trabalhadores, que já conseguiram um emprego e agora buscam um curso universitário noturno visando conseguir o diploma para melhorar o currículo e também o salário.

TABELA 2: FAIXA ETÁRIA POR INSTITUIÇÃO (EM %)				
	18-28	29-38	39-50	+ DE 50
UENF	87%	13%	-	-
UFRJ	92%	-	-	8%
FEUC	18%	24%	28%	24%
FGV	89%	1	-	-

Fonte: Pesquisa PIBIC sobre o perfil dos estudantes e dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro, 2008.

Um dado significativo observado nesta pesquisa foi a faixa de renda familiar dos alunos. No questionário foi pedido aos alunos que marcassem qual a faixa de renda familiar. As respostas obtidas foram as seguintes mostradas na tabela 3.

Tabela 3: Renda familiar (Salários Mínimos)					
	Até 2 SM	3 a 4 SM	5 a 6 SM	7 a 8 SM	+ de 8 SM
UENF	13%	33%	40%	7%	7%
UFRJ	8%	25%	-	17%	50%
FEUC	12%	61%	27%	-	-
FGV	13%	-	-	38%	49%

Fonte: Pesquisa PIBIC sobre o perfil dos estudantes e dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro, 2008.

Na UENF, observei que a grande parte dos alunos possui renda familiar entre 3 a 6 salários mínimos (entre R\$ 1.245 e R\$ 2.490 reais respectivamente, em valores nominais), sendo 40% situado na faixa dos 5 a 6 e 33% na faixa dos 3 a 4 salários mínimos. Na UFRJ metade dos alunos entrevistados declaram que possuem renda familiar superior a 8 salários mínimos (ganham mais de R\$ 3.320 mensais), inclusive alguns alunos especificaram que a renda familiar gira em torno de 10 a 15 salários mínimos. A FGV possui um percentual elevado de estudantes com renda familiar elevada, 38% deles afirmaram que suas famílias recebem de 7 a 8 salários mínimos e 49% disseram que a renda familiar ultrapassa os 8 salários mínimos, desta percentagem alguns alunos detalharam que a renda familiar chega aos 30 salários mínimos mensais (cerca de R\$ 12.450). Outros afirmaram que gira em torno de 20 salários mínimos. Tanto UFRJ quanto FGV possuem alunos com um perfil mais elitizado economicamente, a FGV já é considerada tradicionalmente um centro formador voltado para a elite econômica, e a UFRJ também demonstra a mesma tendência – observável em muitas instituições de ensino superior públicas. A grande parte dos alunos da FEUC – 61% - possuem renda familiar entre 3 e 4 salários mínimos. Não foi observado nenhum aluno que possuísse renda superior a 7 salários mínimos.

Segundo o relato do professor André Botelho, o aluno que procura o curso de Ciências Sociais na UFRJ possui um perfil variado, embora ele mesmo reconheça que há uma presença preponderante de jovens com 17 e 18 anos recém-formados no ensino médio e pertencente aos grupos de classes médias da própria cidade do Rio de Janeiro. O professor espera que com a criação da licenciatura noturna, prevista para 2009, outros segmentos sociais possam ser atendidos, especialmente estudantes e trabalhadores. A coordenadora de Ciências Sociais do CPDOC-FGV, professora Helena Bomeny, disse que o perfil do aluno da FGV vem se alterando, mas não me deu maiores detalhes para confrontar com os dados colhidos junto aos alunos. Na UENF fica demonstrada a característica de abarcar alunos provenientes das classes médias das regiões norte e noroeste fluminense e entorno.

Procurei saber dos alunos se estavam ligados a algum tipo de bolsa de pesquisa com algum professor. As respostas obtidas estão apresentadas na tabela 4.

TABELA 4: BOLSA DE PESQUISA		
	SIM	NÃO
UENF	44%	56%
FGV	33%	67%
FEUC	-	100%
UFRJ	8%	92%

Fonte: Pesquisa PIBIC sobre o perfil dos estudantes e dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro, 2008.

Nesta pergunta não foi considerado qualquer tipo de bolsa que não fosse exclusivamente ligada à pesquisa (Iniciação Científica, Pesquisa de Extensão ou similares). Observei que, dentre as universidades pesquisadas, a que mais tem alunos dedicados à pesquisa é a UENF com 44%. Em seguida vem a FGV com 33% e a UFRJ com 8%. Na FEUC nenhum aluno está ligado à pesquisa. Em entrevista com a coordenadora Prof^a Célia Neves, esta me relatou que o aluno é o típico aluno trabalhador “*que sai do trabalho e vai direto para a faculdade e sai da faculdade pensando em pegar o último ônibus para poder voltar para casa*”. Mas a professora relatou-me que, dentro do possível, a pesquisa é encorajada entre os alunos, mas vale lembrar que o perfil da instituição não é a pesquisa.

O coordenador do curso de Ciências Sociais da UFRJ, Professor André Botelho, informou que cerca de 30% dos estudantes de graduação estão envolvidos com a pesquisa, seja através de bolsa de pesquisa PIBIC-UFRJ, CNPq ou FAPERJ ou através de trabalho voluntário em pesquisa. Na FGV a Professora Helena Bomeny disse-me que cerca de 50 % dos alunos já participaram de atividades ligadas à estágio ou pesquisa. A UENF possui um grande número de alunos de Ciências Sociais voltados para a pesquisa, mas é deficiente quando se trata de estágio, deficiência reconhecida pelos próprios professores do curso.

Buscamos junto aos alunos tentar identificar se estes fazem algum curso simultaneamente. A grande maioria dos alunos das distintas universidades declarou que fazem apenas o seu curso de graduação e nenhum outro. Na FEUC nenhum aluno faz outro curso em simultâneo, já que, como dizemos anteriormente, o perfil do aluno de lá é do trabalhador. Na FGV houve um maior percentual de alunos que fazem outro curso – 11% - destes a maioria cursa relações internacionais.

TABELA 5: CURSOS EM SIMULTÂNEO		
	SIM	NÃO
UENF	6%	94%
FGV	11%	89%
FEUC	-	100%
UFRJ	8%	92%

Fonte: Pesquisa PIBIC sobre o perfil dos estudantes e dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro, 2008

Procurei identificar o que os alunos esperam depois de formados, visto que muitos iniciam a graduação sem nem ao menos saber exatamente o que são as Ciências Sociais, o que é um fator para a taxa de evasão observada no curso. Perguntei aos alunos o que pretendiam depois de formados, de maneira geral a maioria afirmou que pretende seguir os estudos ou fazer uma pós-graduação.

Os estudantes que pretendem continuar os estudos, ingressando em uma pós-graduação e/ou em cursos de aperfeiçoamento/especialização, somam 67% na FGV. A UENF possui um percentual considerável de 50% dos discentes a demonstrar interesse em perseguir a profissionalização nas ciências sociais.

TABELA 6: PRETENSÃO DEPOIS DE FORMADO				
	UENF	UFRJ	FEUC	FGV
CONTINUAR OS ESTUDOS/PÓS	50%	38%	17%	67%
MERCADO DE TRABALHO	29%	23%	59%	22%
OUTRAS ATIVIDADES	21%	31%	17%	11%
NÃO RESPONDEU	-	8%	7%	-

Fonte: Pesquisa PIBIC sobre o perfil dos estudantes e dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro, 2008.

Na UFRJ, observamos um percentual de 38% dos discentes que pretendem continuar os estudos numa pós-graduação, um valor um tanto inferior ao esperado, visto que a UFRJ é uma instituição com grande tradição na pesquisa e no ensino acadêmico, tendo sua pós-graduação avaliada pela CAPES no mais alto conceito, dentre as universidades do Estado do Rio de Janeiro.

Com base nos dados apresentados, aparentemente o objetivo do bacharelado em Ciências Sociais é formar pesquisadores, mas salienta-se que esta formação apenas se completa na pós-graduação. Eis que os graduandos encontram-se na fase de iniciação científica. Segundo Laraia (1991), o bacharelado é apenas um estágio preparatório para a pós-graduação, sendo que esta somente é acessível a uma minoria dos formandos.

Dos alunos que pretendem ingressar (ou continuar no mercado de trabalho) a maior percentagem está na FEUC, 59% de seus estudantes pretendem seguir no mercado de trabalho após a graduação. A UENF conta com 29% e UFRJ e FGV tem percentuais parecidos, 23% e 22% respectivamente.

Dos alunos que pretendem exercer outras atividades não ligadas diretamente à academia ou a carreira de cientista social, 31% estão na UFRJ, 21% na UENF, 17% na FEUC e 11% na FGV. Alguns buscam o curso de Ciências Sociais como um fator maior de enriquecimento pessoal e de currículo ou simplesmente descobriram que não tem vocação para exercer a profissão de sociólogo.

Pedi aos alunos que também me demonstrasse quais os motivos de satisfação e insatisfação com o curso de Ciências Sociais. De maneira geral os motivos de satisfação mais lembrados foram: 1) conhecimento adquirido; 2) pensamento crítico; 3) ênfase em questões sociais. Os motivos de insatisfação mais lembrados foram: 1) inserção no mercado de trabalho; 2) prestígio social; 3) intercâmbio com outros países.

Os estudantes reconhecem o curso como um importante meio de adquirir conhecimento e exercer o pensamento crítico e consciente, principalmente para conhecer e debater os problemas sociais presentes em nosso país e também no mundo. Entretanto se mostram descontentes com a falta de inserção no mercado de trabalho e também a falta de prestígio social que a profissão traz. De todos os pontos negativos a questão da inserção no mercado foi quase unanimidade entre os alunos entrevistados, o menos lembrado foi a deficiência em intercâmbio com outros países, o que melhoraria a formação do estudante de graduação.

4. Conclusão

Os dados desta pesquisa revelaram características bem diversas do Curso de Ciências Sociais e dos alunos das instituições pesquisadas no Estado do Rio de Janeiro. Das variáveis selecionadas, pude detectar uma singularidade da Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC). Em praticamente todas as variáveis, os resultados da FEUC são diferentes das demais universidades.

A maior parte dos alunos de Ciências Sociais é jovem e está compreendida dentro da faixa etária de 18 a 28 anos, entretanto há uma participação de alunos na faixa etária de 29 a 38 anos na UENF, FGV e FEUC. Alunos com faixa etária entre 39 e 50 anos só foram observados na FEUC, e compõem a ligeira maioria dos entrevistados, isto se deve ao curso ser noturno e atender uma população de renda menos elevada. A maioria dos alunos entrevistados na FEUC tem o perfil de aluno trabalhador.

Os estudantes de Ciências Sociais são majoritariamente provenientes de camadas médias [7] da sociedade, a chamada classe C. Os alunos da elite (classes A e B) estão em sua maioria na UFRJ e FGV, nestas o percentual de alunos da elite são de 50% e 49% respectivamente. Na UENF cerca de 7% dos estudantes de Ciências Sociais entrevistados estão nas classes A ou B. A participação de alunos das classes D e E é pequena, na UENF e FGV está em torno de 13%, na FEUC gira por volta de 12% e UFRJ 8%.

Com a reinserção da Sociologia no ensino médio provavelmente teremos num futuro não muito distante uma reconfiguração dos perfis tanto a nível institucional quanto do corpo discente. Isto porque a modificação no artigo 36 da Lei nº 9.394/96 tornando obrigatório o ensino de Sociologia em todas as séries do ensino médio, segundo pesquisas de tendência, poderá abrir milhares de vagas no mercado de trabalho nacional atraindo a atenção do público discente. Após a aprovação da Lei, as próprias universidades já se preparam para atender a nova demanda. Em todas as universidades pesquisadas já existem modificações em curso ou mobilizações neste sentido, conforme entrevista realizada com os coordenadores discentes.

Na UFRJ, segundo André Botelho, já houve a reestruturação da grade e a criação da licenciatura em Ciências Sociais no período noturno, para aumentar o alcance do público discente. A FGV obteve do MEC a aprovação para implementar a licenciatura de Ciências Sociais, o que deve ocorrer muito em breve. Na UENF já existia mesmo antes da modificação da Lei 9.394/96 pressões por parte do corpo discente no sentido de criar a licenciatura em Ciências Sociais na instituição. No entanto, o processo ainda tramita nas instâncias superiores da

universidade sem perspectiva de implementação imediata da licenciatura. A FEUC, a única instituição pesquisada que já conta com a licenciatura em Ciências Sociais, provavelmente deve expandir sua capacidade de atendimento à nova demanda, abrindo novas vagas ou mesmo criando um novo turno para que mais alunos possam estudar.

Esta pesquisa ainda tem muito por ser aprofundada e expandida, visto que o assunto em questão é rico em dados e nos propõem várias perguntas a serem respondidas e outros aspectos a serem aprofundados, tais como a relação entre a graduação e a pós-graduação, os cursos de Ciências Sociais dentro do novo cenário da Sociologia no ensino médio, as experiências dos cursos com estágios ou, mais detidamente, as potencialidades de criação de uma rede a relacionar o curso de ciências sociais com o setor público, empresas e organizações na cidade de Campos dos Goytacazes.

Acredito, entretanto, que o objetivo principal de estudar os perfis de cursos de ciências sociais no Estado do Rio de Janeiro, de seus estudantes e de suas demandas, foram alcançados.



NOTAS

*Aluno graduado no curso de bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro em 12/2009. Bolsista de IC entre os anos de 2007-2009 sob orientação da Prof^a Dr^a Adelia Maglievich Ribeiro. Professor orientador de monografia: Prof^o Dr. Hamilton Garcia de Lima. E-mail para contato: jhenrique.jh@gmail.com

[1] A respeito da implementação da Sociologia na fase pré-1930 recomendo o artigo de Bragança (2001), não irei deter-me nesta fase inicial por considerar não ser necessária a discussão desta fase, já que o período que tem reflexos até hoje nas Ciências Sociais é sua fase de implementação robusta, iniciada na década de 1930.

[2] Para saber mais a respeito da efetivação do ensino de Filosofia no Brasil consultar obra de Alves (2002): “A Filosofia no ensino médio: ambigüidades e contradições na LDB”, editora FAPESP.

[3] Gláucia Villas Boas e outros contestam a separação rígida entre o “político” e o “acadêmico”, sobretudo, quando o primeiro é referido ao paradigma uspiano e o segundo às ciências sociais cariocas, ainda assim, creio ser útil a pontuação acima para a compreensão inicial do movimento das ciências sociais no Brasil.

[4] Lembrando que foi Anísio Teixeira que fundou a UDF em 1953, justamente para se opor ao projeto de ensino superior dos católicos – o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES) –, projeto este que tinha como demanda última a libertação do ensino superior da tutela do Estado para voltar a pertencer à Igreja.

[5] Ainda durante o desenvolvimento da pesquisa (2008) a Fundação Getúlio Vargas obteve do MEC autorização para implementar também o curso de licenciatura em Ciências Sociais.

[6] O fundador da UENF, Darcy Ribeiro (1922-1997), buscou fazer dessa instituição uma universidade inovadora desde sua implementação. Para tanto criou a exigência de que todo o corpo docente fosse composto exclusivamente por doutores, algo inédito até então no Brasil, e que a universidade fosse voltada para pesquisa e pós-graduação com vistas a se tornar uma universidade formadora de cientistas.

[7] Utilizo a definição de “classe média” proposta pela FGV e comumente utilizada nos censos governamentais. Nesta definição, a família que percebe uma renda mensal de R\$1.064 a R\$ 4.591 é considerada classe média (classe C). A chamada elite (classes A e B) tem renda superior a

R\$ 4.591 mensais, enquanto a classe D (classificada como remediados) ganha entre R\$ 768 e 1.064. A classe E (pobres), por sua vez reúne famílias com rendimentos abaixo de R\$ 768.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Contém a constituição do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage>. Acesso em 25 maio 2008.
- BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia. “Introdução: As Ciências Sociais no Brasil”. In: _____. **As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ: Relume Dumará, 1991, p. 9-17.
- BRAGANÇA, Sanderson Dias. Sociologia e filosofia no ensino médio: mais de cem anos de luta. **Revista Espaço Acadêmico**, [s/l], Ano 1, nº 6, nov 2001. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/006/06sociologia.htm>>. Acesso 11 ago 2008.
- CONTERATO, Santo (Org.). **A profissão de sociólogo e a sociologia no ensino médio**. Rio de Janeiro: APSEERJ, 2006.
- LARAIA, Roque de Barros. “Ensino das Ciências Sociais, hoje”. In: _____. **As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ: Relume Dumará, 1991, p. 57-63.
- LIMONGI, Fernanda. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, v 1, 2001, p. 257-275.
- MICELI, Sérgio. “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: _____. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, v 1, 2001, p. 91-134.
- MIGLIEVICH RIBEIRO, A. M. **Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das Ciências Sociais na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.
- MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo social**, São Paulo, v. 15, n. 1, Apr. 2003 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 Jan. 2009.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. “A institucionalização do ensino de Ciências Sociais”. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Org.). **As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ: Relume Dumará, 1991, p.53-55.
- OLIVEIRA, Márcio de; “Os estudantes do curso de Ciências Sociais da UFPR fazem parte da elite brasileira?”. In: _____. **As Ciências Sociais no Paraná**. Curitiba: Protexito, 2006, p. 177-190.
- PORTAL SIEDSUP. Desenvolvido pelo INEP/MEC. Contém informações detalhadas sobre os cursos de graduação no Brasil. Disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/info_curso_new.asp?pcurso=10859&cHAb=&pIES=528. Acesso em 21 abr2008.
- SCHWARTZMAN, Simon. “Os estudantes de Ciências Sociais”. In: PESSANHA, Elina G da Fonte; BÔAS, Gláucia Villas. **Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1995, p. 55-81.
- SENADO FEDERAL. Contém a Lei 6.888 de 10 de dezembro de 1980. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=103032>. Acesso em 14 jul 2010.
- SINSESP. Desenvolvido pelo Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Contém informações acerca da legislação que rege a categoria de sociólogo. Disponível em: <http://www.sociologos.org.br/links/indices/lei6888.asp>. Acesso em: 05 jul 2008
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende; CUNHA E MELO, Manuel Palácios da. “O perfil do estudante de Ciências Sociais”. In: PESSANHA, Elina G da Fonte; BÔAS, Gláucia Villas. **Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1995, p. 21-54.